

PDP - SÍNTESE DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1 - APRESENTAÇÃO

As últimas décadas do século XX, principalmente no Hemisfério Sul do mundo, assistiram à afirmação contundente da ideia de participação social no campo da gestão pública. Esse movimento caracteriza o avanço da democratização, traduzida, entre outros, na associação da democracia participativa (ou direta) com a democracia representativa, deixando de lado a ideia de que tais processos agiriam contra o crescimento econômico, dificultando a tomada rápida de decisões. Assim, a participação se mostra relevante no fornecimento de sustentabilidade às políticas públicas e ao próprio desenvolvimento.

Essa grande tendência moderna se confirma também no âmbito das políticas urbanas, adquirindo claro sentido frente às características que a configuração e o desenvolvimento das cidades brasileiras tiveram ao longo da história. No país, no decorrer do século XX, grande número de cidades nasceram, cresceram e se desenvolveram. Foi neste século que o Brasil mais se urbanizou e é a partir dos anos 1970 que se inverte radicalmente a relação rural-urbana. Segundo o Censo de 2010 do IBGE, o território nacional abriga 190.755.799 milhões de habitantes, sendo que, 160.925.804 vivem em áreas urbanas, representando 84% da população brasileira. Muitas foram as consequências deste veloz processo de urbanização: agravamento do histórico quadro de exclusão social, tornando mais evidente problemas sociais e ambientais, desemprego, violência, densa ocupação de favelas, loteamentos irregulares e clandestinos, uso desigual e injusto do solo, traduzindo o acesso desigual a bens e serviços oferecidos pelas cidades.

A defesa do direito à cidade, à habitação, a melhores serviços públicos e oportunidades de uma vida urbana digna para todos, alavancou, via participação ativa de entidades civis e movimentos sociais, duas grandes conquistas presentes na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (2001): *a função social da cidade e da propriedade e a participação*

popular no seu planejamento e gestão. Torná-las viáveis e efetivá-las é o grande desafio de uma gestão democrática ancorada na ampla participação dos habitantes na construção do futuro das cidades. Hoje, a sociedade detém o direito de intervir diretamente na organização do espaço em que vive, podendo resguardar a integração entre a gestão urbana e a democracia.

1.1 - Marco Legal

A Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que conformam o capítulo relativo à Política Urbana. O primeiro artigo constitucional estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo o Plano Diretor como o seu instrumento básico. O segundo, por sua vez, abriu a possibilidade de regularização de extensas áreas de nossas cidades, transpondo diversas formas de moradia consideradas irregulares, espalhadas pelas periferias, para a cidade denominada formal – quando fixou que todo aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

A construção do Estatuto da Cidade foi longa e difícil, entretanto, nele estão garantidos princípios há muito desejados. Reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor. Seu Capítulo IV se dedica à *Gestão Democrática da Cidade* e assegura a utilização de instrumentos de participação que dão passagem a uma nova cultura política pautada na complementariedade entre democracia representativa e participativa, considerando todas as dimensões da política urbana e as etapas de elaboração, acompanhamento e revisão de planos, incluindo o Plano Diretor. A participação da população nos processos de discussão das potencialidades e identificação dos problemas existentes na escala local pode ocorrer de distintas maneiras: através de conselhos, comitês ou comissões de representantes de variados segmentos da

população, do empresariado e das diferentes esferas de governo; através de Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis federal, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; plebiscitos e referendos. O Estatuto da Cidade garantirá também a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual como condição obrigatória para sua aprovação pelas Câmaras Municipais.

O processo participativo não é linear e se vincula a uma multiplicidade de fatores. A justa e adequada aplicação da lei dependerá da corresponsabilização e coparticipação do poder público e de todos os agentes e atores responsáveis pelo desenvolvimento, estejam eles direta ou indiretamente envolvidos nas variadas e permanentes questões que atravessam o cotidiano da cidade, revelando os interesses constituintes do jogo urbano.

A revisão do Plano Diretor de Juiz de Fora, ora em fase de finalização, foi perpassada pelos elementos democratizantes aqui expostos, revelando potencialidades e desafios e confirmado que a efetivação de uma nova cidade dependerá, entre outros, da atuação das forças sociais responsáveis pelo desenvolvimento urbano – população, governo e empresariado, convocadas a examinar com atenção suas práticas num movimento permanente e dinâmico.

2 - METODOLOGIA DE REVISÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR

A metodologia de elaboração do Plano Diretor buscou primar pela instituição de canais de participação através da implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados, com utilização de regras claras e decididas coletivamente. O conjunto das ações, considerando as etapas de mobilização social, realização dos eventos e avaliação do processo, foi estruturado na perspectiva de garantia do acesso de todos os segmentos, incluindo aqueles que historicamente estiveram excluídos dos processos decisórios. Tal investimento objetivou possibilitar a incorporação dos problemas e potenciais do município, assim como dos atores institucionais e populares voltados para um projeto de cidade que agregue valores democráticos, permitindo a todos os grupos sociais o acesso às informações

e reflexão sobre o território, oportunizando a participação em todas as etapas de sua confecção.

Dessa forma, a versão participativa do Plano Diretor de Juiz de Fora - PDP-JF se ancorou em duas grandes estratégias, articuladas e complementares: o desenvolvimento de atividades presenciais e a construção da participação digital, através do site do Plano Diretor (pjf.mg.gov.br/planodiretor) - instrumento contínuo de interação e acompanhamento das atividades, que ofereceu um conjunto de informações que qualificaram a participação de todos os atores.

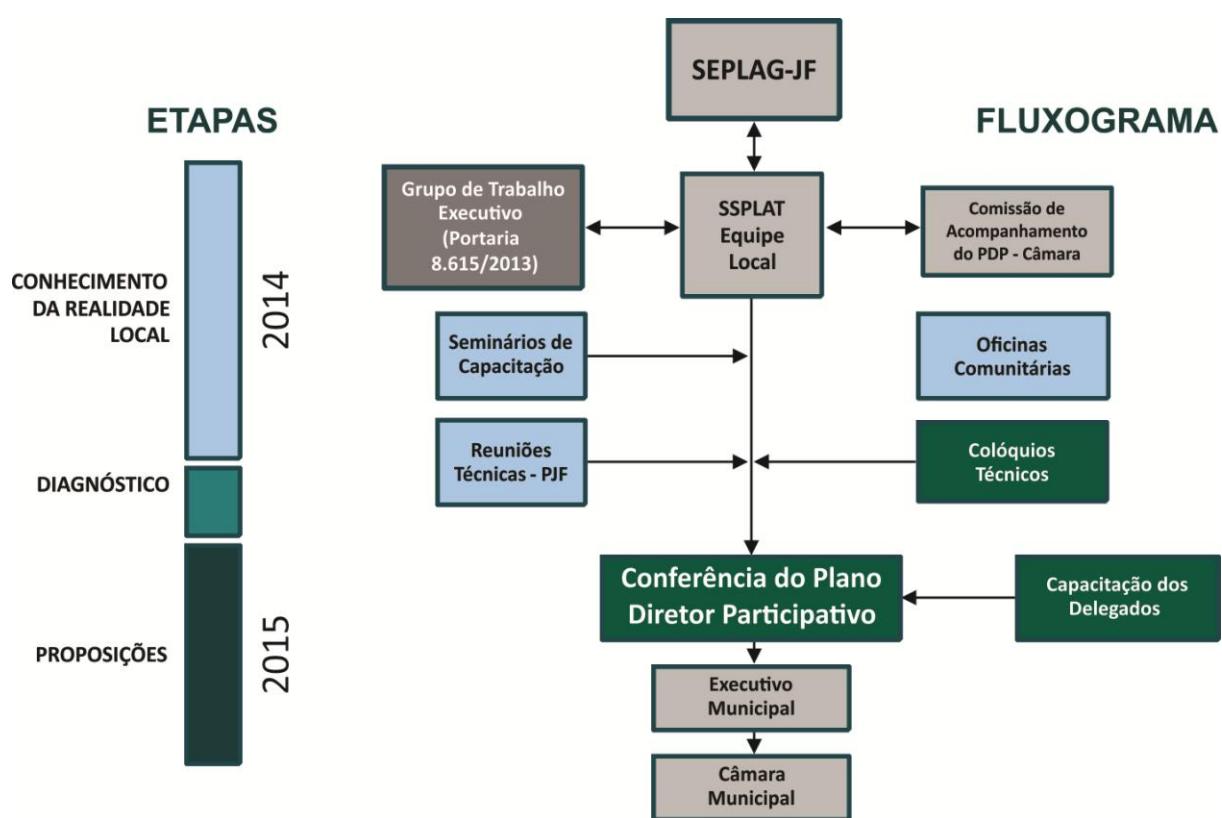
A revisão participativa do Plano Diretor ocorreu em duas etapas: **Diagnóstico e Proposições**. O diagnóstico se referiu ao "conhecimento da realidade local", constituído pela leitura desenvolvida pelos técnicos da Prefeitura de Juiz de Fora e pela leitura comunitária. A leitura técnica interna decorreu do grupo de servidores da Prefeitura, coordenador das ações que, em 2013, realizou levantamento de dados primários e secundários, organizando-os, interpretando-os e sistematizando as informações sobre o território municipal. As contribuições técnicas externas decorreram da atuação do Grupo de Trabalho Executivo (GT), que sob coordenação da Seplag-JF, buscou assegurar o envolvimento das secretarias e órgãos da Prefeitura que interagem com o desenvolvimento urbano, resguardando a perspectiva de intersetorialidade. As contribuições comunitárias, por sua vez, foram registradas através da participação da população nas Oficinas Comunitárias Regionais, realizadas por Região de Planejamento e Distritos, além de terem sido colhidas através das urnas que foram disponibilizadas em equipamentos públicos por um determinado período (Escolas, Unidades Básicas de Saúde, CRAS e CREAS, comércio local).

Os dados derivados do conjunto dessas leituras foram sistematizados gerando uma caracterização geral de cada RP e, por consequência, do desenvolvimento urbano do município, compondo o Diagnóstico.

A segunda etapa se referiu à construção de Proposições tecidas da participação presencial dos diversos segmentos da sociedade civil nos Colóquios Técnicos Científicos, momentos de construção das diretrizes e propostas para o desenvolvimento urbano, em que o diagnóstico

anteriormente traçado foi utilizado como referência. Somaram-se a essas proposições as que foram registradas através da Web site.

Esse conjunto de canais participativos produziu diretrizes e propostas que, uma vez analisadas e interpretadas na sua procedência, pertinência e capacidade indutora de mudanças positivas e adequadas ao território, fundamentaram a elaboração da Proposta de Projeto de Lei discutida e deliberada na Conferência do Plano Diretor Participativo.



2.1 - Os atores envolvidos

A revisão do Plano Diretor exigiu uma atuação intersetorial e democrática para que os diversos "olhares" e perspectivas sobre o território fossem contemplados e valorizados, envolvendo 03 (três) grandes segmentos: governamental, movimentos populares e entidades da sociedade civil, conforme apresentado a seguir.

Inicialmente, foi constituído o Grupo de Trabalho Executivo – GT Executivo, através da [Portaria 08.615 de 27/11/2013](#), para acompanhar a elaboração da primeira revisão do Plano Diretor. O GT foi composto por técnicos representantes de outras secretarias/órgãos municipais com ações correlacionadas ao desenvolvimento urbano. Nessa esteira, o Legislativo Municipal instalou em 24/06/2013 a Comissão Especial de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor, fundamental parceria que garantiu o acompanhamento durante todas as etapas do processo de revisão do Plano e não apenas na apreciação da proposta de lei pelo legislativo. A valorização dessa articulação ocorreu de forma concreta através da participação de membros da referida Comissão nos eventos públicos e também nas reuniões internas do GT Executivo.

Considerando o papel preponderante da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF na produção do conhecimento local e entendimento da dinâmica territorial, se efetivou uma parceria envolvendo as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Direito para auxiliar no processo de nivelamento e capacitação dos delegados, bem como na construção de propostas, destacadamente nos eixos de habitação de interesse social e patrimônio cultural.

Além dos grupos técnicos, a metodologia adotou a participação por representação, observando as diretrizes do Ministério das Cidades e Conselho das Cidades, adequando-as às particularidades locais. Dessa forma, o plano contou com 109 (cento e nove) delegados dos segmentos referenciados, distribuídos em três grupos de forma a garantir o equilíbrio de forças na construção de propostas: Poder Público, Movimentos Populares e Entidades Vinculadas ao Desenvolvimento Urbano. A participação dos delegados se deu, pois, de forma contínua, sendo o grupo mobilizado e capacitado para interagir e contribuir de forma qualificada em todas as etapas da revisão do Plano, culminando na Conferência do Plano Diretor, instância de deliberação da sociedade que encerrou as discussões públicas com a versão preliminar do Projeto de Lei.

43**Movimentos Populares**

- 5 por cada uma das oito regiões urbanas**
- 1 para cada distrito**

32**Poder Público Municipal***

- 28 Poder executivo**
- 4 Poder legislativo**

* Números alterados a partir da publicação dos Parâmetros Relativos ao Processo de Escolha de Delegados em fevereiro de 2015.

34**Entidades Vinculadas ao desenvolvimento urbano**

- Sindicatos, conselhos de categoria profissional, empresários, ONGs**

2.2 - O Processo de escolha dos Delegados

A escolha dos delegados responsáveis pela revisão do Plano Diretor Participativo, foi efetivada por indicação ou processo eletivo. O grupo constituído pelos representantes dos poderes públicos executivo, legislativo e judiciário, com agências locais, em seus respectivos níveis, foi indicado pelos responsáveis dos diversos Órgãos/Secretarias ou eventuais respondentes.

Os representantes dos Movimentos Populares foram eleitos nas Oficinas Comunitárias ocorridas nas Regiões de Planejamento e Distritos entre os meses de março e agosto de 2014.

As entidades/organizações de atuação exclusiva nos âmbitos do desenvolvimento urbano - a exemplo dos empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, conselhos profissionais, trabalhadores por suas entidades sindicais e ONGs - , escolheram seus delegados em Assembleia Eletiva própria, convocada mediante chamamento público em fevereiro de 2015.





Oficina Comunitária RP Sul
24 de março de 2014



Oficina Comunitária RP Oeste
27 de março de 2014



Oficina Comunitária RP Sudeste
02 de junho de 2014



Oficina Comunitária Rosário de Minas
16 de agosto de 2014



Oficina Comunitária Torreões
23 de agosto de 2014



Assembleia Eletiva – Entidades
fevereiro 2015

2.3 - Canais de Participação: eventos, objetivos e resultados

2.3.1 - Etapa diagnóstico

A leitura comunitária constituiu o elemento central da metodologia participativa na etapa do Diagnóstico. Através das **Oficinas Comunitárias e das Urnas** de sugestões, e ainda das colaborações registradas através da Web, a população teve a oportunidade de manifestar as fragilidades e potencialidades locais conjugando visões e perspectivas diversas sobre o território. O produto das Oficinas Comunitárias enriqueceu os elementos da Leitura Técnica Interna, conformando o Diagnóstico da Realidade Local.

As Oficinas Comunitárias aconteceram em cada uma das 08 (oito) Regiões de Planejamento Urbanas e nas 03 (três) Regiões Distritais de Juiz de Fora, entre os meses de abril e agosto de 2014. Foram idealizadas para que cada cidadão, morador e trabalhador pudesse construir propostas de futuro que atendam aos anseios da coletividade local. Seu objetivo central foi captar a percepção da comunidade e, para tanto, a dinâmica utilizada privilegiou a vocalização dos moradores, a partir de estratégias e técnicas de abordagem em grupo que estimularam o diálogo e a interação entre os participantes, resultando em uma síntese de necessidades e potencialidades locais. As Oficinas asseguraram também a eleição das entidades responsáveis por representar o segmento “Movimentos Populares” no processo de revisão do Plano - no caso, as Associações de Moradores dos Bairros. Além das Oficinas Comunitárias, a população pôde contribuir com o levantamento de problemas de cada região por meio de urnas distribuídas em locais de grande acesso, indicados com antecedência nos folders de divulgação do evento. Os dados coletados das urnas passaram por um tratamento estatístico e foram tabulados e divulgados no site.

Cabe destacar a fundamental importância das reuniões realizadas junto à Rede de Multiplicadores (serviços e equipamentos públicos e comunitários que atuam diretamente em cada região) com o objetivo de sensibilização quanto à importância da participação da sociedade, bem como, para firmar a parceria na divulgação do Plano junto às comunidades. Contemplaram 05 (cinco) encontros que agruparam no período de 17 de março a 22 de maio

os representantes das 08 (oito) RP's. No caso específico dos Distritos, o trabalho de mobilização se utilizou de dinâmica diferenciada que não contou com reuniões dedicadas à rede de multiplicadores, mas com telemarketing e visitas presenciais de integrantes da equipe técnica do PDP nos 03 (três) Distritos, no decorrer do mês de agosto/2014, envolvendo 54 (cinquenta e quatro) representantes locais contatados.

2.3.2 - Etapa proposições

Refere-se à formulação e pactuação de propostas para o Plano Diretor. Os temas centrais, objetivos e diretrizes foram discutidos com os diversos segmentos da sociedade e com todas as instituições envolvidas na sua elaboração, momento fundamental para definição da linha básica do referido projeto de lei.

Os **Colóquios Técnicos Científicos** integraram o conjunto de ações de participação da sociedade e se referiram à etapa de construção preliminar de proposições. Seu conteúdo representou a soma do levantamento de informações da *Leitura Técnica Interna e da Leitura Comunitária* (Levantamento da Realidade Local) que foram disponibilizadas no site para a consulta, possibilitando aos participantes o acesso anterior ao conteúdo e permitindo maior colaboração na formatação das proposições.

As discussões foram encadeadas a partir de eixos temáticos e divididas por Regiões de Planejamento Urbanas e Distritais e se desenvolveram ao longo dos meses de março, abril e maio de 2015, contando com a participação dos delegados do Plano Diretor, além de órgãos/instituições técnicas da sociedade civil com atuação no desenvolvimento urbano.

A dinâmica dos Colóquios articulou dois momentos. O primeiro, no formato de plenária envolvendo a totalidade do grupo a partir de uma caracterização das regiões de planejamento nos eixos relacionados ao desenvolvimento urbano, quais sejam, planejamento e gestão do uso e ocupação do solo, habitação, saneamento, transporte e mobilidade, meio ambiente e áreas verdes. Na sequência, foi feita a divisão em grupos para oportunizar a ampliação da fala dos participantes. As proposições dos grupos contaram com questões semi-estruturadas a partir de eixos temáticos estratégicos, que auxiliaram na

reflexão e construção de propostas. Ao final, os grupos apresentaram e discutiram na plenária a síntese dos resultados, ampliando a possibilidade do debate.

Síntese dos Colóquios Técnicos				
Data	Tipo de atividade	Local	Tema	Participantes
23/03/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico sobre o tema: Mobilidade Urbana – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Escola de Governo	Colóquio Técnico sobre o tema de Mobilidade Urbana . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	87
26/03/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Sul – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Escola de Governo	Colóquio Técnico da RP Sul . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	37
31/03/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Oeste – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Escola de Governo	Colóquio Técnico da RP Oeste . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	52

08/04/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Centro-Oeste – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Casa dos Conselhos	Colóquio Técnico da RP Centro-Oeste . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	56
13/04/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Norte – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Casa dos Conselhos	Colóquio Técnico da RP Norte . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	47
23/04/15 (Tarde)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Nordeste – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Casa dos Conselhos	Colóquio Técnico da RP Nordeste . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	41



29/04/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Leste – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Casa dos Conselhos	Colóquio Técnico da RP Leste . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	51
07/05/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Sudeste – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Casa dos Conselhos	Colóquio Técnico da RP Sudeste . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	38
11/05/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Centro – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Casa dos Conselhos	Colóquio Técnico da RP Centro . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	50



18/05/2015 (Noite)	Contextualização, caracterização e síntese do diagnóstico da RP Distritos – Desenvolvimento de trabalhos em grupos, para discussão das proposições relacionadas aos temas de Mobilidade, Habitação, Uso e Ocupação do solo e Saneamento.	Casa dos Conselhos	Colóquio Técnico da RP Distritos . Etapa que se refere à construção preliminar de proposições a partir dos levantamentos de informações da "Leitura técnica interna" e da Leitura Comunitária".	38
			Total	497

Todo o processo foi registrado e documentado e os resultados foram divulgados no site. Salienta-se que os dados gerados nos Colóquios passaram por uma análise da equipe responsável pela elaboração do Plano, quanto à sua pertinência e viabilidade técnica, antes de se consolidarem em propostas.

A **Conferência do Plano do Diretor** se constituiu no evento final de consolidação, pelos delegados, das propostas do Plano Diretor. Foi realizada nos dias 16 e 17 de outubro de 2015 e seguiu os moldes da Conferência das Cidades promovida pelo Ministério das Cidades, em observância ao artigo 43 da [lei federal nº 10.257/2001](#) (Estatuto da Cidade). Na oportunidade, 97 (noventa e sete) participantes, dentre eles, 63 (sessenta e três) delegados e mais técnicos e observadores apreciaram e deliberaram sobre o anteprojeto de Lei do Plano Diretor, ao qual tiveram acesso antecipadamente na terceira "Capacitação de Delegados", realizada em 29 de agosto, para fins de elaboração das propostas de emendas ao texto e articulação com suas bases. No período que antecedeu à Conferência, entre os dias 01 e 28 de setembro, foram protocoladas 225 (duzentas e vinte e cinco) propostas de alteração do texto da Lei.

O anteprojeto de Lei e as propostas aditivas, supressivas ou de alteração debatidas nos grupos temáticos e aprovadas na plenária da Conferência foram sistematizadas pela Seplag-JF e, posteriormente, encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo Municipal.



Credenciamento



Mesa de abertura



Cerimônia de abertura



Plenária de abertura



Grupo temático 1 –
Princípios e Gestão do Plano



Grupo temático 2 –
Políticas Setoriais





Grupo Temático 3 -
Ordenamento e Instrumentos



Grupo Temático 4 -
Macrozoneamento



Grupo Temático 5 – Gestão do Uso e Ocupação do Solo



Plenária Final



Plenária Final



Plenária Final



Plenária Final

2.3.3 - Atividades Permanentes

Paralelamente à realização das atividades participativas pertinentes a cada etapa da metodologia, o processo participativo contou com eventos públicos periódicos, a exemplo dos Seminários e Cursos de Capacitação para os delegados, visando promover o nivelamento

e maior compreensão acerca dos conteúdos atinentes ao planejamento urbano e seus instrumentos, assim como manter a sistemática mobilização popular em torno da revisão do Plano.

2.3.3.1 - Seminários Temáticos

Os Seminários temáticos foram eventos públicos de ampla participação popular, cujo objetivo foi trazer à tona o debate acerca do planejamento urbano, permitindo o nivelamento e a mobilização em torno da revisão participativa do Plano Diretor.

Foram convidados profissionais reconhecidos em âmbito nacional e local no debate e exercício/atuação urbanos e campos afins. O objetivo foi fomentar a discussão sobre “a cidade que temos”, bem como instrumentalizar a sociedade com elementos para a reflexão sobre “a da cidade que queremos”. Totalizaram 06 (seis) debates distribuídos entre os meses de dezembro de 2013 e junho de 2015.

Síntese dos Seminários do Plano Diretor Participativo				
Data	Tipo de atividade	Local	Tema	Participantes
17/12/13	Discussão e debate com os participantes presentes acerca do tema proposto.	Auditório do Banco do Brasil	“O Plano Diretor da Cidade como Oportunidade de Construção de Urbanidade e Inteligência Territorial”. Palestrante: Carlos Leite	142
26/02/14	Discussão e debate com os participantes presentes acerca do tema proposto.	Auditório do Banco do Brasil	‘ O lugar da participação cidadã na concepção, elaboração e monitoramento do Plano Diretor Participativo’ Palestrante: Rodrigo Souza Filho	84

28/03/14	Discussão e debate com os participantes presentes acerca do tema proposto.	Auditório do Banco do Brasil	<p>“Arquitetura e Urbanismo como ferramenta para melhoria o espaço público”</p> <p>Palestrante: Sérgio Sandler</p>	64
27/05/14	Discussão e debate com os participantes presentes acerca do tema proposto.	Auditório do Banco do Brasil	<p>“Metodologias Aplicáveis à elaboração do Plano Diretor Participativo”</p> <p>Palestrante: Fernando Luiz Lara</p>	92
21/05/15	Discussão e debate com os participantes presentes acerca do tema proposto.	Auditório do Banco do Brasil	<p>" A atuação dos movimentos sociais na construção de políticas públicas urbanas: reflexões sobre moradia digna e direito à cidade"</p> <p>Palestrante: Felipe Brito</p>	98
08/06/15	Discussão e debate com os participantes presentes acerca do tema proposto.	Auditório do Banco do Brasil	<p>“A Revisão do Plano Diretor e o futuro do Centro”</p> <p>Palestrante: Márcio Calvão</p>	56
			Total	536

2.3.3.2 - Capacitação de Delegados

A atividade envolveu os 109 (cento e nove) delegados e seus suplentes, representantes dos segmentos Poder Público, Movimentos Populares e Entidades vinculadas ao Desenvolvimento Urbano, objetivando a participação qualitativa na Conferência do Plano Diretor, instrumentalizando os delegados para uma contribuição efetiva na sua construção. Constituiu uma parceria entre a Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Juiz

de Fora – Seplag-JF e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora – FAU/UFJF e foi subdividida em 03 (três) módulos:

Módulo I: articulação e aproximação dos delegados dos movimentos populares eleitos nas Oficinas Comunitárias Regionais e Distritais, apresentação do andamento do Plano, construção da proposta de capacitação dos delegados para a(s) próxima(s) fase(s) de revisão do PDP e remanejamento e recomposição das vagas ociosas, observando as necessidades configuradas;

Módulo II: promoção de um ambiente de conhecimento, já envolvendo todo o conjunto dos delegados eleitos, para reflexão e discussão acerca dos temas fundantes do Plano Diretor, tais como Habitação, Mobilidade, Saneamento, infraestrutura Urbana e Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo, Patrimônio Cultural; apresentação do Plano Diretor atual de Juiz de Fora e seu processo de revisão e de experiências exemplares de Planos Diretores brasileiros e internacionais; apresentação dos conceitos e instrumentos que subsidiam a construção de propostas para o Plano Diretor de Juiz de Fora, visando uma participação qualitativa na Conferência;

Módulo III: apresentação dos princípios e propostas norteadoras do Anteprojeto de Lei, no intuito de clarear seus rebatimentos na Lei; caráter de etapa preparatória para as deliberações da Conferência do Plano Diretor Participativo.

Síntese da Capacitação dos Delegados				
Data	Tipo de atividade	Local	Objetivos	Participantes
27/11/2014 (Noite)	Módulo I: Apresentação dos Delegados presentes (Representantes dos Movimentos Populares) - Remanejamento e redistribuição de vagas ociosas – Apresentação da proposta para a Capacitação dos Delegados / PDP-JF	Prédio sede da Prefeitura de Juiz de Fora	Promover a articulação dos delegados dos movimentos populares; construir a proposta de capacitação; remanejar e recompor vagas ociosas.	41

14/03/2015 (Manhã/ Tarde)	Módulo II: Apresentação do Plano Diretor atual de Juiz de Fora aos Delegados Eleitos e seus Suplentes , assim como o seu processo de revisão; - Apresentação das experiências exemplares de Planos Diretores brasileiros e internacionais, promovendo um ambiente de conhecimento, reflexão e discussão acerca dos temas fundantes do PDP-JF, tais como Habitação, Mobilidade, Saneamento, infraestrutura Urbana e Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo, Patrimônio Cultural, assim como a abordagem do Estatuto da Cidade, seus instrumentos e conceitos relativos à legislação urbanística. - Reunião dos Grupos de Trabalho – Síntese dos grupos de discussão.	Escola de Governo	Capacitar o conjunto dos 109 (cento e nove) delegados eleitos e seus suplentes para participação qualitativa na Conferência do Plano Diretor.	113
29/08/2015 (Manhã/ Tarde)	Módulo III: Apresentação dos princípios e propostas norteadoras do Anteprojeto de Lei, estabelecendo uma relação entre propostas abordadas no Plano e seu rebatimento na lei.	Escola de Governo	Preparar os delegados para a deliberação das propostas (anteprojeto de lei do PDP) na Conferência.	64
			Total	218

2.4 - Comunicação Social – Marketing e Jornalismo

A comunicação do Plano Diretor Participativo (PDP-JF) foi integralmente coordenada pela Prefeitura de Juiz de Fora com os objetivos de convidar, informar, noticiar e contextualizar a população sobre o projeto. Todo o processo se ancorou na metodologia participativa que conduziu a elaboração do Plano, atuando como ferramenta estimuladora da participação social.

A publicização do PDP-JF contou com materiais impressos e digitais amplamente divulgados nos eventos, na página oficial da Prefeitura na internet, no perfil institucional no Facebook, através de correspondências físicas, envio de e-mails e da realização de telemarketing.

Para compor a identidade visual do projeto foi desenvolvida uma logomarca seguindo os padrões gráficos da gestão em vigor e, a partir dele, todos os produtos publicados foram identificados com a marca “JF+CIDADE Plano Diretor Participativo”.

Logomarca



A logomarca que identificou os documentos e eventos do Plano foi concebida a partir do símbolo “JF+” que marcou os projetos prioritários da Gestão 2013-2016. O sufixo “CIDADE” faz referência ao caráter de planejamento urbano que abrangeu todo o município.

Vale destacar que o “Plano de Mobilidade Urbana” e o “Plano Diretor Participativo” integraram uma mesma logomarca, visto que a fase de diagnóstico foi utilizada como base para a elaboração de ambos os projetos.

Convites (digitais e impressos)



CONVITE

JF+CIDADE | Plano Diretor
PARTICIPATIVO

A Prefeitura de Juiz de Fora convida para o seminário **“A Revisão do Plano Diretor e o futuro do centro”**, que será ministrado pelo engenheiro civil **Marcio Calvão Moura**. O evento integra o calendário de atividades de capacitação e mobilização da sociedade para a elaboração do Plano Diretor Participativo.

08 de Junho
de 2015SEGUNDA-FEIRA
14h30Centro de Formação do Professor
Av Getúlio Vargas, 200
Centro Cultural Bernardo MascarenhasMais informações: |32| 3690-7738 ou |32| 3690-7366 - pjf.mg.gov.br**JUIZ DE FORA**
PREFEITURA

Para os eventos abertos ao público foram produzidos convites, físicos e/ou digitais, que buscaram estimular a comunidade juiz-forana a participar das atividades do Plano.

Os convites digitais foram veiculados no perfil oficial da Prefeitura de Juiz de Fora no Facebook (facebook.com/JuizdeForaPJF) e através do e-mail do Plano (planodiretor@pjf.mg.gov.br) aos delegados e cidadãos que forneceram um endereço eletrônico.

Já os convites impressos auxiliaram na divulgação de eventos específicos e com público direcionado. Uma lista de endereços, constituída a partir dos dados dos delegados do Plano e de autoridades do município, foi utilizada para o envio das correspondências.

Folders

Locais de disponibilização das urnas na RP Norte



- **Benfica** - Regional Norte - Av. Inês Garcia, 357
- **Igrejinha** - Escola Municipal Padre Wilson - Rua Cleir Reis Duque, 200
- **Chapéu D'Uvas** - Escola Municipal Almerinda de Oliveira Tavares - Rua Jerônimo Vieira Tavares, s/nº
- **Dias Tavares** - Escola Municipal Jerônimo Vieira Tavares - Rua Joaquim Murtinho, 30
- **Barreira do Triunfo** - Escola Municipal João Evangelista de Assis - Rv. Presidente Juscelino Kubitschek, 10486
- **Paula Lima** - UAPS Paula Lima - Rua Vicente Gávio, s/nº
- **Santa Cruz** - Escola Municipal Professora Núbia Pereira de Magalhães - Rua Doutor Antônio Mourão Guimarães, 620
- **Paula Lima** - Padaria Paula Lima - Rua Vicente Gávio, s/nº - Centro
- **Santa Lúcia** - Escola Municipal Professora Thereza Falci - Rua Tenente Guimarães, 398
- **Vila Esperança II** - Escola Municipal Professora Áurea Nardelli - Rua Custódio Lopes de Matos, 190

CONFIRA, NO SITE, OUTROS LOCAIS.

Conheça mais!

pjf.mg.gov.br/planodiretor
planodiretor@pjf.mg.gov.br
[32] 3690.8459 ou 3690.7366

JUIZ DE FORA
PREFEITURA

CREA-MG

JF+CIDADE | Plano Diretor Participativo
Plano de Mobilidade Urbana

Oficina Comunitária da Região de Planejamento Norte (RP Norte)



JUIZ DE FORA
PREFEITURA

OBJETIVOS

- Esclarecer aos participantes sobre a importância do Plano Diretor Participativo (PDP) e do Plano de Mobilidade Urbana para a melhoria da qualidade de vida na sua região e na cidade;
- Captar a percepção da comunidade local quanto aos problemas, potencialidades e desafios relacionados ao desenvolvimento urbano;
- Definir prioridades que serão consideradas na elaboração de propostas do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana;
- Eleger delegados para a Conferência do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana.

PÚBLICO-ALVO

- Moradores, trabalhadores, agentes econômicos e todos os cidadãos que vivem e atuam na região.

A oficina é, ainda, aberta à participação de todos os interessados, especialmente aqueles atuantes na área de produção, desenvolvimento e financiamento urbano.

24 ABR | quinta-feira
das 18h30 às 21h30

Salão da Igreja Católica
Paróquia Nossa Senhora da Conceição
Rua Tomé de Souza, 195 - Benfica

PROGRAMAÇÃO

- 18h30** | Acolhida (credenciamento)
- 19 horas** | Abertura
- 19h10** | Explanação das temáticas relacionadas ao Plano Diretor
- 19h30** | TRABALHO COLETIVO – Etapa 1
Reconhecendo problemas, potencialidades e desafios locais
- 20h30** | TRABALHO COLETIVO – Etapa 2
Indicando prioridades temáticas
- 21 horas** | ELEIÇÃO DE DELEGADOS
para a Conferência do Plano Diretor Participativo

Eleição de delegados representantes de movimentos populares

Serão eleitos cinco titulares e cinco suplentes representantes dos movimentos populares constituídos legalmente, com atuação na sua Região de Planejamento.

Documentos necessários:

- cópia de ata de reunião mais recente da entidade;
- carta assinada pela autoridade máxima da entidade, indicando/credienciando o candidato como seu representante na Conferência do PDP; e, no caso de membros da diretoria, apresentar o termo de posse;
- cópia da carteira de identidade e do CPF.

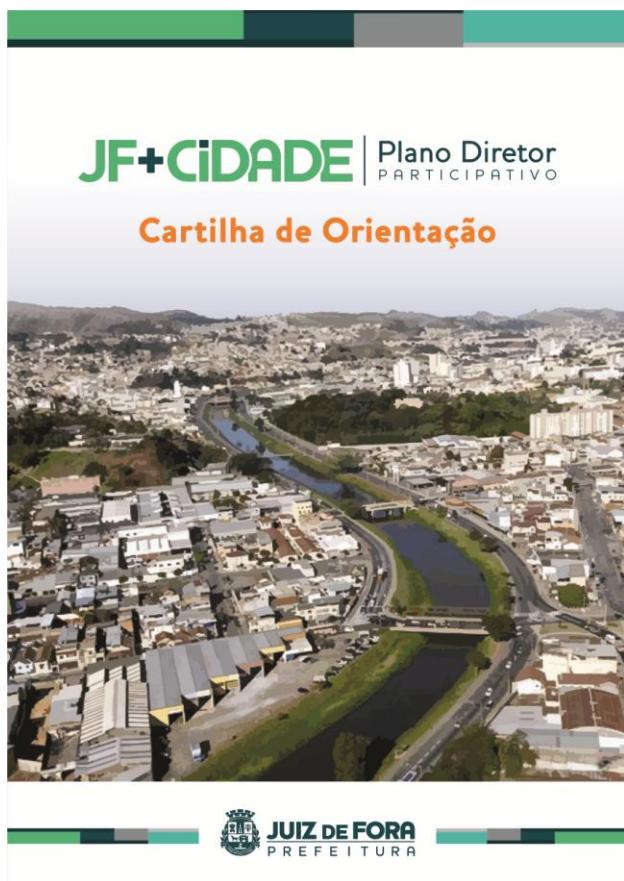
Observações:

- No ato do credenciamento, o representante da entidade interessada deverá assinar lista de presença em separado, com nome e endereço residencial completos e endereço eletrônico, se houver, em até 30 minutos após a abertura do evento.
- O delegado eleito terá sete dias, a partir da realização da oficina, para apresentar os documentos necessários, perdendo a candidatura se não os apresentar no prazo estipulado. Em decorrência, o preenchimento das vagas ociosas seguirá a ordem de classificação dos eleitos.

Os folders foram impressos especificamente para as Oficinas Comunitárias do PDP-JF, convidando e estimulando a participação da população. Para cada Região de Planejamento da cidade foram impressos e distribuídos 1.000 (mil) folders, um total de 8.900 (oito mil e novecentas) unidades, considerando todas as oficinas realizadas pelo projeto.

O material apresentou as seguintes características: tamanho: 21x30cm, 4x4 cores, Tinta Escala em Couche Brilho 145g com uma dobra.

Cartilha



As cartilhas com 12 (doze) páginas foram distribuídas em todos os eventos constituintes da elaboração do PDP-JF. Concebida para apresentar a importância do Plano de maneira lúdica e contextual, trabalhou conceitos teóricos e legislações pertinentes.

Por meio dela a população também foi informada dos diversos mecanismos de participação no Plano, além dos canais de contato com a equipe organizadora.

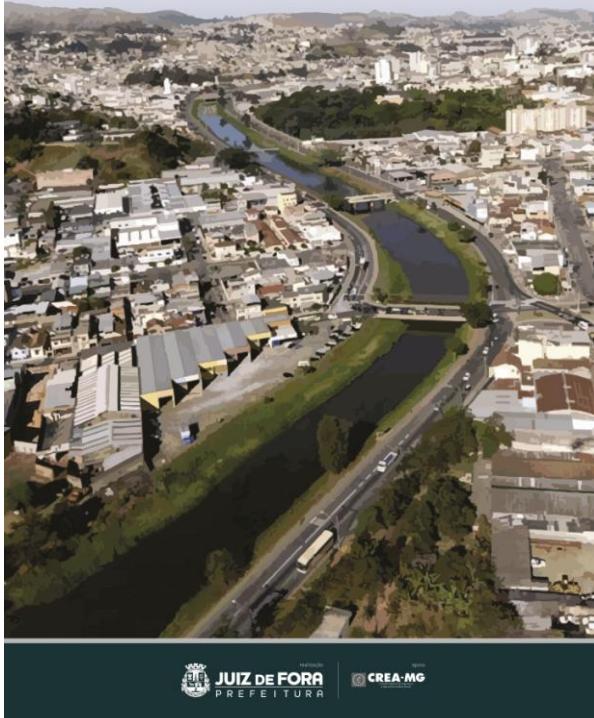
Ao todo 12.500 (doze mil e quinhentos) exemplares foram produzidos com as seguintes características: capa/miolo: 12 páginas, 21x30cm, 4 cores, Tinta Escala em Off-set 120g. Dobrado e grampeado.

Banner**JF+CIDADE** | Plano Diretor Participativo
Plano de Mobilidade Urbana

**Participe da construção de
uma cidade melhor para todos.
Sua contribuição é fundamental
para a solução dos problemas.**

Conheça mais!

pjf.mg.gov.br/planodiretor



JUIZ DE FORA
PREFEITURA



Com medidas de 0.8m x 1.60m, foram produzidos 04 (quatro) banners com o objetivo de identificar os locais em que foram realizados eventos do Plano. Impresso em lona, o material era totalmente colorido.



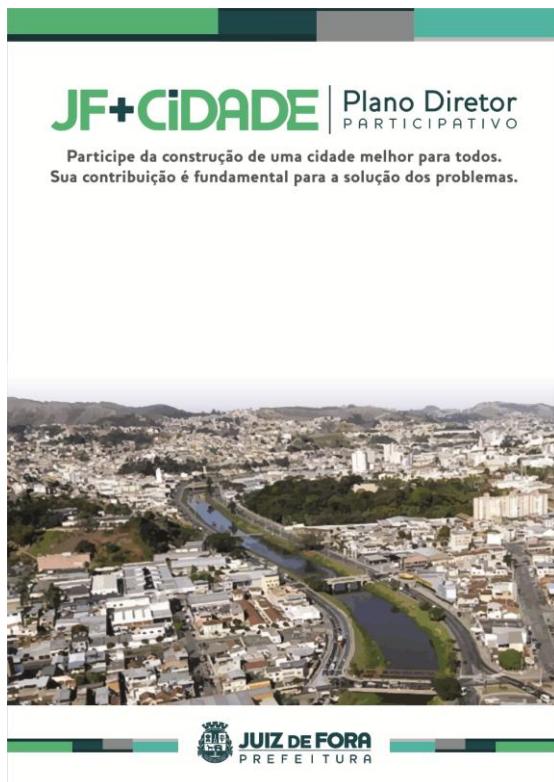
JUIZ DE FORA
PREFEITURA



Secretaria de Planejamento e Gestão

Av. Brasil, 2001 – 4º e 5º Andares - Centro – CEP 36.060-010 - Tel: (32) 3690-8459 ou 3690-7366 - Juiz de Fora - MG

Cartazes



Foram utilizados dois modelos de cartazes para a divulgação do Plano e de suas atividades: o primeiro deles, com as informações básicas do projeto, foi distribuído em prédios públicos, pontos comerciais e Associações de Moradores de Bairros. O segundo modelo, com espaço em branco, foi utilizado na divulgação de eventos, apresentando seus respectivos locais e datas. Este modelo foi amplamente utilizado nos veículos do transporte público urbano e em prédios públicos.

Foram produzidos 2.000 (dois mil) cartazes, sendo mil de cada modelo, no tamanho 30cm x 42cm, colorido e impresso em papel Couche Brilho 145g.

Página online

The screenshot shows the official website of the Juiz de Fora Prefeitura. The top navigation bar includes links for 'A CIDADE', 'PREFEITURA', 'CIDADÃO', 'SERVIDOR', 'EMPRESA', and 'NOTÍCIAS'. The 'CIDADÃO' section is currently active. The main content area features the 'JF+CIDADE' logo and the text 'Plano Diretor PARTICIPATIVO'. On the left, a sidebar menu lists 'PLANO DIRETOR' (Apresentação, O que é Plano Diretor, O PDDU 2000, Legislação Correlata, Para Conhecer Mais) and 'PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO' (EVENTOS, FALE CONOSCO). The central content area is titled 'PLANO DIRETOR - APRESENTAÇÃO' and contains text about the purpose of the site. It also includes a 'Saiba como navegar pelo site utilizando o menu ao lado:' section with links to 'PLANO DIRETOR' and 'PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO'. Below this are lists of 'Itens da seção:' for each category. On the right, there is a 'ENDERECO' section with a map and address, and a 'ULTIMAS NOTÍCIAS' section listing recent articles. A 'Veja mais notícias >' link is at the bottom of this column.

O endereço eletrônico planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br foi criado para garantir a divulgação das informações sobre a elaboração do Plano Diretor Participativo. É fonte de registros, uma vez que as atividades desenvolvidas estão publicadas na página, além de se caracterizar como canal permanente de comunicação entre a população e a equipe responsável pelo PDP-JF.

Releases

Foram produzidos 46 (quarenta e seis) releases durante a elaboração do Plano Diretor Participativo, convidando ou informando a comunidade sobre os eventos realizados. O material, que está disponível na página oficial da Prefeitura de Juiz de Fora na internet (pjf.mg.gov.br), serviu de apoio aos veículos de comunicação que acompanharam e/ou divulgaram (como mídia espontânea) as atividades correlatas.

Vídeos

A equipe responsável pelo registro audiovisual da Prefeitura de Juiz de Fora acompanhou a elaboração do Plano produzindo entrevistas com participantes, organizadores e convidados dos eventos. Os registros foram divulgados na página oficial da PJF e no site de armazenamento de vídeos youtube.com.br.

Fotos

O acervo fotográfico do Plano Diretor Participativo, obtido pelas lentes dos profissionais da equipe técnica da Prefeitura de Juiz de Fora, registrou todos os eventos abertos ao público, originando um relatório de imagens para cada ocasião. Mais de 2.300 (duas mil e trezentas) fotografias ilustram e testemunham o trabalho realizado.

Telemarketing

O telemarketing foi utilizado como estratégia de divulgação do PDP-JF tendo como público-alvo os 109 (cento e nove) delegados eleitos ou indicados para participação. Além dos

convites físicos e digitais, a equipe de telefonistas reforçou a importância da participação da população nos eventos do projeto.

Aviso Público

No portal do Diário Oficial do Município de Juiz de Fora – pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos, foi publicado o **Aviso Público**, no dia 25 de setembro de 2015, informando a realização da Conferência do Plano Diretor Participativo, ocorrida nos dias 16 e 17 de outubro de 2015, e convocando os delegados titulares, e na sua impossibilidade seus respectivos suplentes, para participarem do evento. Anexo ao Aviso seguiu o "Regimento Interno da Conferência do Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora – PDP-JF".

[fechar a janela](#)

 **PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA
ATOS DO GOVERNO DO PODER EXECUTIVO

Publicado em: 25/09/2015 as 00:01

SEPLAG/JF – PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE JUIZ DE FORA (PDP-JF) – AVISO - A Secretaria de Planejamento e Gestão, de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 10257/2001 - Estatuto da Cidade, pelo presente, comunica a realização da CONFERÊNCIA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE JUIZ DE FORA e convoca os delegados titulares, e na sua impossibilidade seus respectivos suplentes, para participarem do evento que se realizará no mês de outubro, no dia 16 (sexta feira) a partir das 18h e no dia 17 (sábado) a partir das 8h na Escola de Governo, sediada na Rua Maria Perpétua, 72, 3º andar. Segue em anexo, o "Regimento Interno da Conferência do Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora - PDP-JF". Juiz de Fora, 24 de setembro de 2015. a) ELIZABETH JUCÁ E MELLO JACOMETTI - Secretaria de Planejamento e Gestão.

[Clique aqui para ver o anexo](#)

Considerações Gerais

A Comunicação Social desenvolvida pelos profissionais da Prefeitura de Juiz de Fora atuou como ferramenta indispensável na promoção dos eventos junto ao público-alvo do PDP-JF, fomentando e facilitando a mobilização e a participação. As ações foram planejadas e executadas em consonância com a metodologia de elaboração do projeto servindo, também, como veículo de diálogo entre a Instituição e a população.

3 - AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO: Breves Impressões na Perspectiva da Responsabilidade Pública

Pensar o processo participativo nas políticas públicas de desenvolvimento urbano é admitir que haja compartilhamento na definição, gestão e avaliação das ações de planejamento urbano, habitação, saneamento e transporte e mobilidade. A experiência com a qual nos deparamos, a propósito da revisão do Plano Diretor Participativo, muito mais que o cumprimento de exigência legal, foi um exercício oportuno de pensar a cidade atual no contexto de suas problemáticas e desafios e na perspectiva de sua orientação e projeção futuras, tendo como metas mudanças substantivas na funcionalidade urbana, na suficiência e adequação da infraestrutura pública, na qualidade de vida dos seus cidadãos, enfim, no direito equânime ao território e aos bens nele gerados por todos os municípios.

A atividade didático-pedagógica possibilitada pelo empenho revisivo do Plano Diretor, através do processo participativo, produziu como resultado um acervo robusto e presente de leituras do território em suas diversas frações permitindo passar a limpo e reeditar a ótica pública com base nas peculiaridades recentes das diversas comunidades. O quadro urbano percebido pela população, nas suas diversas formas de representação, e repassado aos técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão, a despeito de demonstrar uma aderência ainda frágil à cultura de planejamento urbano por parte do Município, pelo volume e complexidade dos pleitos e proposições apresentadas, impõe grande desafio à Prefeitura para os anos futuros.

Dar conta de definições estratégicas para remover os empecilhos que nos impedem de avançar no desenvolvimento econômico - alinhando-o a padrões de justiça social, equilíbrio urbano e sustentabilidade ambiental e, por outro lado, universalizando serviços públicos básicos como saneamento, moradia digna, transporte público de qualidade e possibilidades de lazer -, são pontos da agenda de compromissos para os quais devem estar voltadas as orientações do poder público, através de seus instrumentos de gestão. Diante das contribuições postas pelas comunidades, concentradas na resolutibilidade de nós do cotidiano da cidade e do campo, é que se justifica a propositura desta lei complementar.

Quiçá seja ela, hoje atualizada, capaz de abrir caminho para a reforma urbana efetiva e desejada por todos.